

PT 30 ANOS: CRESCIMENTO E MUDANÇAS NA PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA.

IMPACTO NAS ELEIÇÕES DE 2010

Gustavo Venturi¹

No princípio da década de 1990, quando o Partido dos Trabalhadores acabava de completar sua primeira década de existência, às vésperas do seu 1º Congresso Nacional, a estadunidense Margaret Keck publicou *PT, a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. Analisando a trajetória da formação do PT no contexto da transição da ditadura militar para a democracia, a autora defendeu ali a tese da novidade do PT, não só pela composição das forças sociais que lhe deram origem, mas sobretudo por seu processo de constituição, “vindo de baixo” e em declarada oposição às elites, demarcando assim um diferencial na história dos partidos políticos brasileiros, inclusive em relação à tradição partidária de esquerda que o antecedeu (PCB e PTB). Partindo desse diagnóstico, escreveu Keck sobre o futuro do PT na época:

Precisamente por ser uma anomalia, o PT podia servir de canal de expressão a um amplo descontentamento com o *status quo*, como ocorreu nas eleições [municipais de 1988 e presidencial de 1989] no final dos anos 1980. Mas a capacidade de se constituir em veículo de protesto não significa o mesmo que a de promover a implementação de mudanças sociais substantivas. O período de formação do partido está concluído. Saber se o PT conseguirá usar sua nova legitimidade como instrumento de protesto de massa para tornar-se um partido de massa inteiramente institucionalizado e se, ao fazê-lo, poderá transformar o ambiente político no Brasil, são questões que permanecem em aberto.²

Passadas mais duas décadas e quase no final de dois mandatos presidenciais de Lula, um balanço desse período permite respostas quase consensuais às questões levantadas pela brasilianista: o PT tornou-se eleitoralmente competitivo, institucionalizou-se plenamente e à frente das alianças político-partidárias que deram sustentação aos mandatos de Lula, no comando de ministérios-chave, mostrou-se capaz de combinar a manutenção da estabilidade conquistada pelo Real, com a implantação de políticas socioeconômicas inovadoras que deram amplitude e aprofundamento a mudanças sociais substantivas, apenas insinuadas nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Mas sem realizar uma efetiva reforma política, como peça obrigatória na composição da base de sustentação dos governos Lula no Congresso Nacional, em busca da governabilidade o PT antes sucumbiu à dinâmica do ambiente político-institucional preexistente do que o transformou significativamente, deixando de se pautar pela lógica da diferença que, como marca de origem, de alguma forma sinalizara portar como vocação distintiva e permanente.

Há diversos critérios para avaliar a capilaridade da inserção social, o grau de importância e o desempenho político de um partido ao longo de sua trajetória – número de filiados, municípios em que tem sede própria, vínculo formal ou informal com movimentos sociais e entidades de classe, atuação nos legislativos em defesa dos interesses que pretende representar, taxas de preferência partidária na opinião pública, índices de aprovação e reprovação dos governos que administra, evolução dos votos obtidos e do número de representantes eleitos em âmbito local, estadual e nacional para cargos proporcionais, evolução do número de mandatários eleitos para os cargos majoritários e do percentual de população governada nos planos municipal e estadual, entre outros.

Uma avaliação abrangente dos trinta anos do PT deve levar em conta esse conjunto de indicadores e seus efeitos recíprocos. Em que medida, por exemplo, as primeiras administrações municipais que conquista nos anos 1980, ao configurarem um “modo petista de governar” – que ainda atingia poucos, mas vistoso em suas políticas internacionalmente premiadas –,

constituem a base para a desconstrução da imagem pública inicial de um PT “grevista” e “baderneiro”, “bom (só) pra fazer oposição”? Em que medida essas experiências são determinantes para a radicalização do processo de institucionalização que atravessaria nos anos 1990, preparando o terreno para a assimilação do antes “sapo barbudo” por extensa parte de um eleitorado que tantas vezes o preterira, até lhe confiar o voto como depositário de uma esperança de transformação social havia tanto tempo desejada? Qual é o peso do fracasso aos olhos da maioria da opinião pública do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, ou do desempenho das bancadas petistas e do próprio Lula nessa trajetória do PT rumo ao Planalto?

São questões relevantes, mas que sugerem um projeto de pesquisa que iria muito além do escopo deste artigo. Aqui serão analisadas apenas as mudanças na composição sociodemográfica da base de apoio do PT na opinião pública, à luz de sua trajetória de institucionalização, tomando-se como principal indicador a *preferência partidária*, tal como aferida em pesquisas de opinião ao longo das últimas duas décadas e meia. Mais que uma descrição desse processo, pretende-se contribuir para a reflexão sobre as implicações dessas mudanças no curto prazo. Afinal, tendo atingido uma longevidade a que poucas agremiações chegaram na intermitente história partidária brasileira, que lugar o PT poderá ocupar na representação política e no imaginário social de diferentes segmentos do eleitorado brasileiro no futuro próximo? Mais especificamente, que contribuições ou obstáculos o PT poderá trazer para Dilma Rousseff, na primeira eleição presidencial pós-redemocratização, sem Lula candidato?

Preferência partidária no Brasil contemporâneo

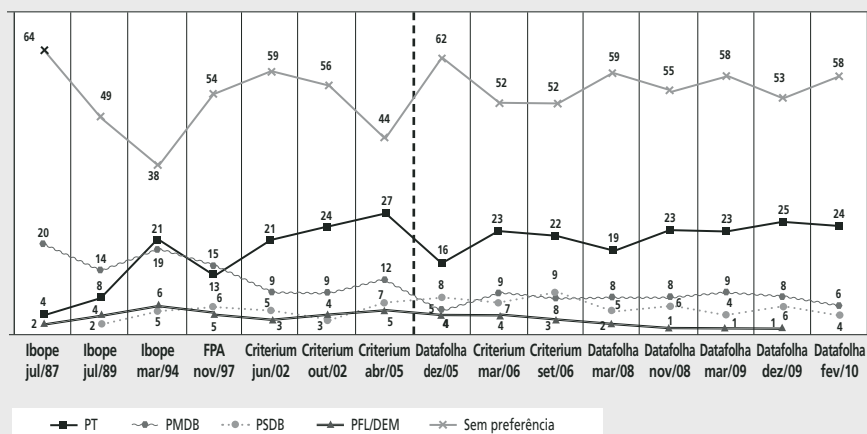
Embora a retomada de eleições diretas para cargos majoritários tenha ocorrido em 1982, com a eleição dos governadores de estado (no Distrito Federal o governador só deixaria de ser nomeado pelo presidente da República em 1990) e dos prefeitos municipais (com exceção das capitais e de municípios classificados pelo regime militar como de “segurança nacional”, os quais, por sua vez, só teriam eleição municipal direta em 1985), a não ocorrência de eleições presidenciais diretas antes de 1989 parece ter tido como subproduto a não realização de pesquisas nacionais de opinião pública na primeira metade dos anos 1980.

De fato, a primeira pesquisa nacional pós-redemocratização com a pergunta de preferência partidária (encontrada em uma busca sistemática, ainda que não exaustiva) data de 1987: em julho daquele ano o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) aferiu a liderança ainda incontestada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (20%), seguido de

longe pelo PT (4%) e pelo então Partido da Frente Liberal (PFL) (2%), e quase 2/3 da população adulta brasileira (64%) como *sem preferência* por qualquer partido (v. gráfico 1) – uma alta taxa de “nenhum/ não tem”, em parte devida à natureza aberta da pergunta aplicada (para respostas espontâneas, sem o estímulo de uma lista de siglas), em parte decorrente da novidade relativa do quadro partidário, criado havia menos de uma década, após a extinção do bipartidarismo pelo Congresso Nacional, em 1979.

GRÁFICO 1

Preferência partidária - Total Brasil (espontânea e única, em %)



Dois anos mais tarde, em julho de 1989, portanto já no início formal das campanhas para a primeira eleição presidencial direta (em que, em dezembro, Fernando Collor do PRN seria eleito no 2º turno, com 53% dos votos válidos, contra 47% de Lula); o PMDB mantinha a liderança das preferências, ainda que com menos contundência (14%); o PT começara a crescer (8%); o PFL tinha 4%; e o recém-criado PSDB, 2%. A não preferência, medida em pergunta estimulada, estava em 49% (Ibope) – um patamar de metade do eleitorado *com* e metade *sem* preferência partidária que, diferenças à parte na formulação da pergunta, flutuações amostrais e variações decorrentes de fatores conjunturais específicos, tem permanecido constante ao longo das duas últimas décadas.

Na década de 1990 as pesquisas retratam disputa acirrada entre PMDB e PT pela hegemonia da preferência partidária na opinião pública nacional. Após o *impeachment* de Collor, já no governo Itamar Franco, mas antes que a

Unidade Real de Valor (URV) fosse convertida em Real, em março de 1994, Lula ainda vencia a disputa contra Fernando Henrique (PSDB) por 34% a 13% nas intenções de voto para o 1º turno, e por 47% a 30% na simulação do 2º turno – eleição, no entanto, que em outubro Fernando Henrique Cardoso venceria com 54% dos votos válidos, contra 27% de Lula, ainda no 1º turno. Naquele contexto pré-eleitoral, com pergunta estimulada, o Ibope encontrou 21% de preferência pelo PT e 19% para o PMDB, 6% para o PFL e 5% para o PSDB, contra apenas 38% de *não preferência*. Três anos e meio mais tarde, em novembro de 1997 – portanto, fora de qualquer conjuntura eleitoral – a Fundação Perseu Abramo (FPA) indicava que o empate persistia, aferindo 13% (de respostas espontâneas a pergunta aberta) para o PT e 15% para o PMDB, 6% para o PSDB, 5% para o PFL e 54% de *sem preferência*.

É apenas na década seguinte que a liderança do PT em preferência partidária torna-se inequívoca, em um primeiro momento mais como resultado da queda do PMDB, depois por sua própria ascensão. Em junho de 2002, com Lula já liderando a disputa contra José Serra (PSDB) por 40% a 21% nas intenções de voto para o 1º turno, e por 49% a 39% na simulação do 2º turno (eleição em que Lula seria eleito no 2º turno, com 61% dos votos válidos, contra 39% de Serra), a Criterium aferiu 21% de preferência pelo PT, 9% pelo PMDB, 5% pelo PSDB, 3% pelo PFL e 59% de *sem preferência* (pergunta aberta). Em outubro daquele ano, às vésperas do 1º turno, o PT chegaria a 24% de preferência espontânea (Criterium) e, em abril de 2005, às vésperas da crise que eclodiu em maio em decorrência do financiamento paralelo das campanhas eleitorais de 2002 e 2004, atingiria seu ponto mais alto, com 27%, contra 12% do PMDB, 7% do PSDB, 5% do PFL e 44% de *sem preferência* (FPA) – a menor taxa de “nenhum/não tem” entre os levantamentos do período.

Com a repercussão da crise, em que lideranças petistas históricas – seja no governo Lula, seja à frente do partido – aparecem nos meios de comunicação de forma intensa, acusadas de corrupção durante meses seguidos, a preferência nacional pelo PT sofre a maior e mais abrupta queda observada em sua trajetória: em dezembro daquele ano o Datafolha aferiu nacionalmente apenas 16% de simpatizantes pelo PT. Mas, ao mesmo tempo, nota-se um fenômeno à primeira vista inesperado: a despeito do tamanho da queda de “petistas”, nenhum outro partido cresce ou se beneficia da crise de imagem da principal sigla. Em que pesem as denúncias envolverem quase todos os partidos da base aliada governista, nem mesmo as siglas opositoristas mais ativas, tendo seus representantes apoiados nos holofotes das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito (CPMIs) – primeiro a dos Correios, depois a da Compra de Votos –, cresceriam em simpatizantes no período: o PSDB oscilou para 8% e o PFL não passou de 4% das preferências (o PMDB caiu para 5%).

O que volta a crescer substancialmente é a *não preferência* partidária, que atinge 62%, próxima à taxa observada quase duas décadas antes, em meados dos anos 1980, conforme mencionado, quando o atual quadro partidário ainda estava em formação.

Diferentes fatores parecem convergir para entender esse fenômeno, entre os quais se destacam três: como antecedente, o desgaste prévio perante a opinião pública nacional das demais principais siglas, em contraste com o enraizamento social do PT desde sua origem e o ganho gradual de legitimidade que obteve ao longo dos anos 1980 e 1990, à luz de realizações inovadoras de muitos governos locais e da atuação, em geral programática e unificada, de suas bancadas parlamentares; em segundo lugar, no contexto da crise, a percepção de que, embora decepcionante, se verdadeiro o comportamento dos petistas acusados de corrupção envolvendo financiamento paralelo de campanhas eleitorais, não constituía propriamente uma novidade na forma de se fazer política no Brasil; e, por fim, os resultados objetivos do governo Lula, em relação à melhoria das condições de vida de amplas camadas do eleitorado. Sem considerar a contribuição desses fatores e seu impacto conjunto, ainda que desigual para diferentes classes e estratos sociais, é difícil compreender a não ocupação do vácuo que a crise de imagem petista provocou na distribuição das preferências partidárias e, sobretudo, a rápida recuperação da preferência pelo PT.

Afinal, em março de 2006, novamente numa conjuntura de pré-campanha presidencial, a FPA voltou a encontrar o PT com 23%, o PMDB com 9%, o PSDB com 7%, o PFL com 4% e a *não preferência* recuou para 52% – taxas, portanto, nos respectivos patamares observados no período pré-crise. E, em que pese o claro posicionamento da mídia corporativa – “como nunca antes na história deste país” –, amplificando fortemente o natural coro oposicionista contra o governo, Lula já então liderava a disputa contra Geraldo Alckmin (PSDB), por 40% a 20% nas intenções de voto para o 1º turno, e por 48% a 34% na simulação do 2º turno (pleito em que seria reeleito, com 61% de votos válidos, contra 39% de Alckmin, as mesmas taxas com que derrotara Serra em 2002).

De fato, como já apontavam em 2000 pesquisas nacionais internas do PT – uma quantitativa e outra qualitativa (vinte grupos focais, distribuídos em seis capitais e quatro municípios médios do interior, em seis estados das diferentes regiões do país) – a parcela da opinião pública que distinguia os partidos já associava o PMDB sobretudo a uma agremiação desfigurada e ultrapassada, o PSDB à representação das elites e ao apoio dos empresários, o PFL à defesa dos poderosos e à corrupção. Considerando-se o estigma de agitador e radical que marcou o PT em seu início, é plausível supor que os eleitores que com o tempo superaram ou assimilaram tal imagem, passando

a vê-lo com simpatia, já tivessem feito a crítica dos demais partidos antes de “desembarcarem” no PT – de forma que, com a relativa decepção adiante da crise de 2005, o retorno às demais siglas já não era uma alternativa. Isso explica a não adesão aos partidos que queriam “acabar com a raça” do PT – conforme externado pelo então presidente do PFL, Jorge Bornhausen – e, como consequência, o crescimento da *não preferência* partidária.

Por sua vez, a pesquisa da FPA de março de 2006, também indicou que, passado quase um ano de denúncias na mídia, a maioria da opinião pública não comprara as versões mais veiculadas sobre a crise. Primeiro, contrariando a ideia de que o governo Lula seria “o mais corrupto da história”, entre uma lista dos governos pós-ditadura, o de Collor foi considerado o mais corrupto por 71% (soma de duas indicações), distante do governo Lula, citado por 39%, seguido de perto pelo de FHC, indicado por 32%. Segundo, diante de três versões sobre o fato de então haver mais denúncias de corrupção, três quartos da população (75%) ficaram entre acreditar que isso ocorria ou *porque o governo é do Lula – a corrupção é igual à de antes* (44%), ou *porque o governo Lula é o que mais combate a corrupção* (31%), enquanto apenas 19% acharam que havia mais denúncias *porque a corrupção aumentou no governo Lula*. E terceiro, apenas uma minoria concordava que *aquele tipo de corrupção [mensalão/caixa 2] acontece principalmente nos governos do PT* (15%), ou ainda que se tratou de *um caso isolado, que só aconteceu no governo Lula* (5%); sete em cada dez (69%) optou pela alternativa de que *existe corrupção na maioria dos governos, até mais nos governos de outros partidos*.

Por fim, concorreram para a recuperação da preferência partidária pelo PT, talvez de modo decisivo, os resultados objetivos das políticas sociais e econômicas do governo Lula. Conforme as razões do voto aferidas pela Criterium na véspera do 1º turno de 2006 (quando o PT mantinha 22% de preferência, o PSDB 9%, o PMDB 8% e o PFL 3%, contra os mesmos 52% *sem preferência* observados em março), embora em respostas espontâneas a maioria relativa dos eleitores de Lula (45%) justificasse seu voto por aprovar os programas sociais ou pela perspectiva de sua continuidade, com destaque para o Bolsa Família (27%), a escolha por Lula também era justificada de modo mais geral pelo combate à pobreza e à fome (27%), e em virtude de medidas econômicas (22%), com referências ao barateamento da cesta básica, ao aumento do poder de compra e ao controle da inflação, ao aumento do salário mínimo e das aposentadorias; pela criação de empregos (12%) e por melhorias na habitação (8%), como o barateamento dos materiais de construção e a construção de casas populares; pelo programa Luz para Todos, pelo ProUni e pelo avanço das políticas de cotas; pela construção de cisternas no semiárido e a expansão do microcrédito familiar, entre outras respostas³.

Em suma, a recuperação da preferência pelo PT a um patamar pré-crise – já em março de 2006, que perdura até este início de 2010, conforme Datafolha de fevereiro, que apurou 24% de preferência pelo PT, 6% pelo PMDB, 4% pelo PSDB e 58% *sem preferência* – e a reeleição de Lula são pouco compreensíveis sem que se reconheça a primazia moral que a ética *da* política (seus resultados) adquiriu, ao menos no contexto em foco, sobre a ética *na* política (as formas de executá-la), aos olhos da maioria da opinião pública – conforme distinção aristotélica ressaltada por Marilena Chauí⁴.

Isso não significa, no entanto, que o PT tenha saído incólume da crise de 2005 – ao contrário, em pesquisa da FPA em novembro de 2006, entre nove siglas sugeridas o PT apareceria na liderança como “o mais corrupto” (30%), indicador que até antes da crise não passara de 9% das citações, atrás de todas as demais principais agremiações. Mas aqui nos deteremos em avaliar se o reconhecimento dos partidos e do PT em particular, observado na média da opinião pública nacional nessas duas últimas décadas e meia, ocorreu ou não de forma homogênea nos diferentes segmentos sociodemográficos do eleitorado. Será que a trajetória de subalternidade do PT ao PMDB (anos 1980), passando pelo equilíbrio entre ambos na disputa pela hegemonia na opinião pública (anos 1990), até a supremacia do PT sobre todas as siglas (anos 2000) ocorreu simultaneamente em todas as regiões do país, entre homens e mulheres, nas diferentes faixas etárias, graus de escolaridade e grupos de renda familiar? E a acentuada queda do PT pós-crise de 2005 e sua recuperação já no início de 2006 ao patamar pré-crise (mantido até a presente data) correspondem a um movimento comum, observável em todos os estratos sociais? A resposta genérica possível a essas duas questões e seus desdobramentos é *não*. Desde logo, já no ponto de partida a penetração do PT nos diferentes segmentos foi desigual; como, em geral, é desigual sua penetração hoje, neste “ponto de chegada”.

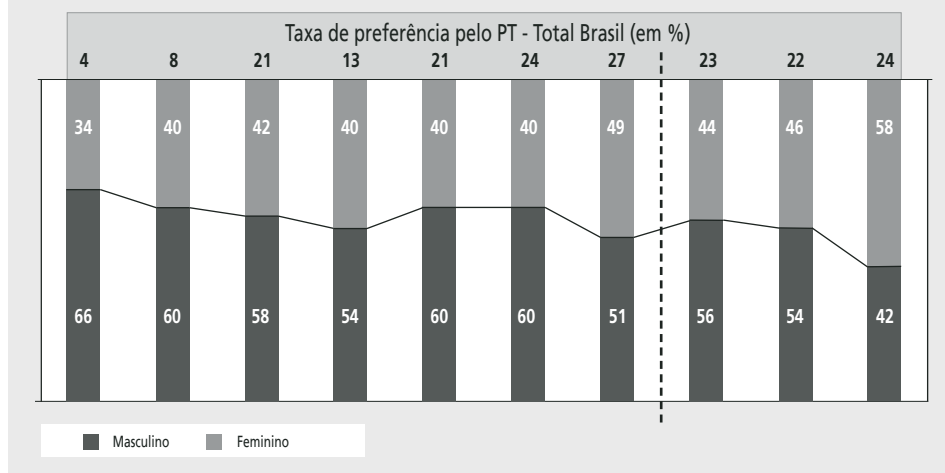
Mudanças no perfil do eleitorado petista

Tomando-se as principais variáveis do perfil do eleitorado presentes nos estudos aqui considerados, três apontam mudanças dignas de nota no período em questão: o perfil etário dos simpatizantes do PT, sua distribuição geográfica e sua composição de classe social – operacionalizável nessas pesquisas, de modo simplificado, pela variável *renda familiar mensal*. O processo relativamente acentuado de escolarização da população ao longo da última década e meia, com aumento considerável do acesso aos ensinos médio (governo Fernando Henrique Cardoso) e superior (governo Lula), fazem do *grau de escolaridade* um indicador ruim para a observação do fenômeno aqui em foco.

O sexo, por sua vez, é a variável que mostrou menos mudanças em todo esse período: de 1989, quando atingia apenas 8% do eleitorado, a 2010, aferido em um quarto (24%), o contingente de eleitores simpatizantes do PT apresentou uma composição interna sempre majoritariamente masculina, oscilando de 60% de homens e 40% de mulheres (1989 e 2002) a 55% e 45%, respectivamente (2010). Exceção apenas ao levantamento pré-crise (abril 2005), no pico da preferência pelo PT (27%), quando a FPA aferiu maior equilíbrio na relação entre as “petistas” (49%) e os “petistas” (51%), ainda assim invertido em relação à maioria feminina do eleitorado. Vale lembrar que essa persistente maioria masculina observada na preferência pelo PT em nenhum momento teve como contrapartida maior preferência feminina a qualquer outra sigla relevante no período – PMDB, PSDB ou PFL/DEM –, quando muito um equilíbrio na composição sexual de seus simpatizantes. Notável, ainda mais que a diferença no perfil dos “petistas”, é o contraste entre as taxas de *sem preferência*, em que as mulheres chegaram a superar os homens em até 17 pontos percentuais (Criterium, 2002) – em ambos os casos uma questão de gênero e política que não cabe aqui desenvolver.

GRÁFICO 2

Participação de cada sexo na composição de 100% da taxa de preferência pelo PT (espontânea e única, em %)

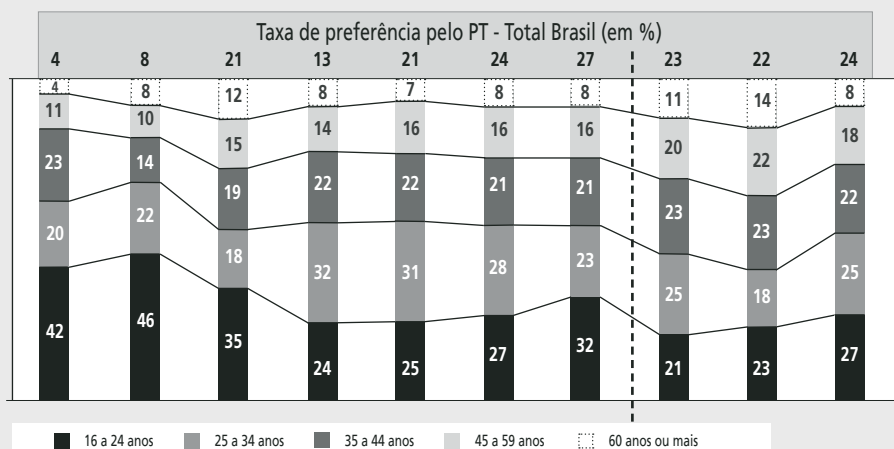


Em relação à *idade* dos simpatizantes, em julho de 1989, com 8% da preferência nacional, o PT apresentava variação acentuada: tinha 12% de penetração entre eleitores jovens (16 a 29 anos), que então correspondiam a dois terços dos “petistas” (68%); caía abruptamente para 5% entre 31 e

49 anos, chegando a apenas 3% entre o eleitorado mais velho (50 anos e mais), que correspondiam a 18% dos simpatizantes (Ibope). Em março de 1994, com mais que o dobro de preferência (21%), o contingente jovem diminuía para 53% dos “petistas” e o mais velho subira para 27%, indicando uma transição; e já em fevereiro de 2010, com 24% da preferência nacional, o Datafolha apurou perfil etário bastante diverso ao de 1989: penetração praticamente homogênea em todas as faixas etárias (oscilações entre 26% e 22% dos 16 aos 59 anos), com queda apenas entre os idosos (60 anos e mais, 14%) – taxas que indicam queda dos mais jovens para cerca de dois quintos dos simpatizantes petistas (menos de 40%).

GRÁFICO 3

Participação de cada faixa etária na composição de 100% da taxa de preferência pelo PT (espontânea e única, em %)



* Segmentação utilizada pelo Ibope em julho de 1987: 18 a 25 anos; 26 a 30 anos; 31 a 40 anos; 41 a 50 anos; 51 anos ou mais.

** Segmentação utilizada pelo Ibope em julho de 1989 a março de 1994: 16 a 25 anos; 26 a 30 anos; 31 a 40 anos; 41 a 50 anos; 51 anos ou mais.

Do ponto de vista da *distribuição geográfica*, as mudanças no perfil dos simpatizantes do PT nas últimas duas décadas não foram menos significativas. Em julho de 1989, apresentava variação acentuada na comparação das macrorregiões do país: com apenas 8% da preferência partidária nacional, só no Sudeste disputava a liderança com o PMDB – que ali ainda tinha 12% e, com 20%, era líder isolado na média do país. Nas demais regiões o PT caía para 4% no Nordeste – não só bem atrás do PMDB (22%), como ainda do então PFL (7%) –, para 6% no Sul, próximo ao PMDB (9%) e para 7% na média das regiões Norte e Centro-Oeste, contra 14% do PMDB (Ibope).

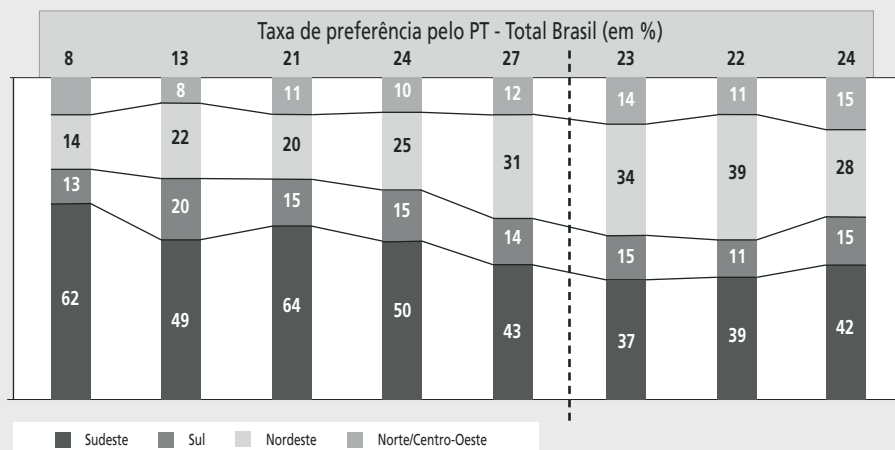
Passados oito anos, em novembro de 1997, com 13% na média do Brasil contra 15% do PMDB, o PT chegava a 15% no Sudeste (contra 12% do PMDB) e tinha crescido sobretudo no Sul, atingindo 17%, contra 15% do PMDB. No Nordeste e no Norte/Centro-Oeste, embora tivesse subido respectivamente para 11% e 10%, ainda estava atrás do PMDB, que detinha 17% e 24% das preferências partidárias (FPA). E cinco anos mais tarde, na pré-campanha presidencial que conduziria Lula ao seu primeiro mandato, assumindo a liderança nacional com 21% das preferências, o PT já ganhava em todas as macrorregiões: no Sudeste com 26%, contra 7% do PMDB e 5% do PSDB; no Nordeste com 16%, contra 9% do PMDB e 6% do PFL; no Sul com 20%, contra 9% do PMDB e no Norte/Centro-Oeste com 18%, contra 14% do PMDB (Criterium).

Na véspera da crise de 2005, com 27% na média nacional, o PT tinha 26% de penetração no eleitorado do Sudeste, 32% no Nordeste (onde, antes do 1º turno de 2002 já saltara para 22%), 25% no Sul e 24% no Norte/Centro-Oeste (FPA). Passado um ano, como vimos, já na pré-campanha à reeleição de Lula, em março de 2006, o PT havia aparentemente se recuperado da crise, voltando a 23% na média nacional. Ocorre que, num primeiro momento, essa recuperação não foi homogênea, redesenhando a distribuição dos “petistas” pelo país: no Sudeste, região que tinha sido a mais forte em sua origem, o PT caíra para apenas 19%, contra 22% no Sul e 24% no Norte/Centro-Oeste; e no Nordeste, onde nascera pequeno, resistira ao impacto da crise, sustentando então 30% de preferência (Criterium).

Até esse momento, portanto, tal trajetória já tinha alterado significativamente o perfil geográfico da composição do eleitorado com simpatia pelo PT. Inicialmente, em 1989, mais de três quintos dos “petistas” (62%) estavam no Sudeste (que abriga cerca de 44% do eleitorado) e apenas 14% no Nordeste (com 28% dos eleitores) – desequilíbrio que seria atenuado nos anos 1990, mas que estará presente até as eleições de 2002. Só em abril de 2005, pré-crise, os “petistas” apresentaram pela primeira vez proporções que se aproximam da distribuição do universo eleitoral: 43% estavam no Sudeste, 31% no Nordeste, 14% no Sul e 12% no Norte/Centro-Oeste. Mas, ao se recuperarem da crise, um ano depois, o desbalanço na distribuição dos “petistas” reapareceria, só que agora com o Sudeste abaixo de sua proporção no eleitorado (apenas 37%) e o Nordeste acima (34%). Apenas recentemente – talvez como efeito da quase unanimidade da avaliação positiva do governo Lula – o PT parece ter recuperado o equilíbrio regional fugaz que obtivera pré-crise e perdera após a crise. Oscilando entre 24% e 25% de preferência em todas as macrorregiões, a composição dos “petistas” em fevereiro de 2010, aproximou-se novamente da distribuição observada no eleitorado: 42% no Sudeste, 28% no Nordeste, 15% no Sul e 15% no Norte/Centro-Oeste (Datafolha).

GRÁFICO 4

Participação de cada região na composição de 100% da taxa de preferência pelo PT (espontânea e única, em %)



Por fim, observa-se que na primeira campanha para eleição presidencial direta pós-ditadura, com 8% de preferência em julho de 1989, o PT apresentava variação acentuada também por *Renda Familiar Mensal* (RFM): empatado na liderança (11%) com o PMDB no segmento acima de cinco salários-mínimos (SM) – que englobaria a classe média e a elite econômica, o empresariado – a preferência pelo PT caía para 7% entre eleitores com RFM entre dois e cinco SM (classe média baixa ou C), atrás do PMDB (15%), e para apenas 3% nos segmentos populares, de mais baixa renda familiar (até dois SM), no qual empatava com o então PFL (com 5%), distantes do PMDB (18% nesse segmento e líder nacional com 14%, pelo Ibope).

Oito anos mais tarde, com 13% no país (novembro de 1997), o PT chegava a 16% no segmento com RFM superior a cinco SM, contra 13% do PMDB, e tinha crescido sobretudo no segmento médio, entre dois e cinco SM, atingindo 15%, contra 16% do PMDB. No segmento popular (até dois SM), embora tivesse subido para 10%, ainda estava atrás do PMDB, que detinha 17% das preferências (FPA). E passados mais cinco anos, na pré-campanha de 2002, líder nacional com 21%, o PT estava à frente em todos os segmentos: no de maior RFM com 23%, contra 8% do PMDB e 6% do PSDB; entre dois e cinco SM com 27%, contra 9% do PMDB e 5% do PSDB; e no de menor renda com 19%, contra 9% do PMDB (Criterium).

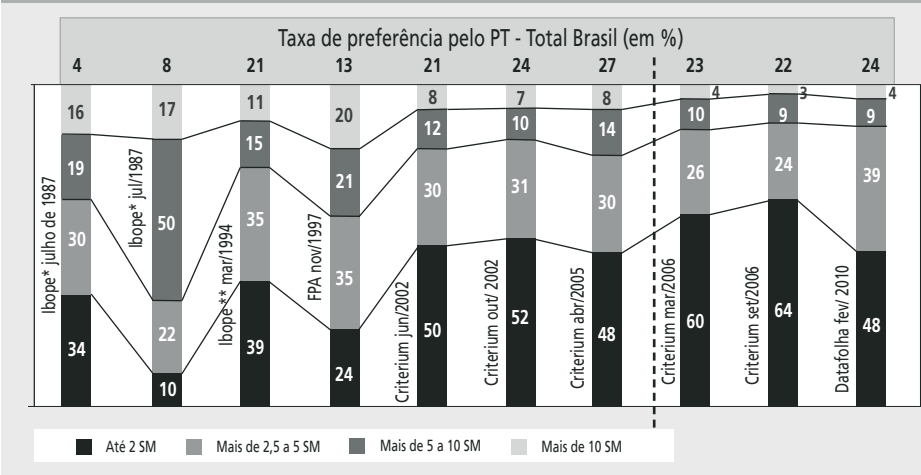
Com movimentos bastante similares aos observados em termos regionais no pré e no pós-crise, em abril de 2005 a penetração do PT por classe

social (27% na média do país) também era homogênea em todos os segmentos de renda; e superada a queda aferida pelo Datafolha em dezembro (para 16%), já em março de 2006, por trás dos 23% na média nacional, observa-se recuperação no sentido inverso ao perfil encontrado em sua origem: a preferência pelo PT passa a ser decrescente quanto maior a renda – 25% entre os eleitores com RFM inferior a dois SM, contra 20% entre os eleitores com renda mensal superior a cinco SM (Criterion).

Ou seja, ao longo dessa trajetória, também se alterou o perfil socioeconômico da composição do eleitorado com simpatia pelo PT: em 1989 (com 8% das preferências), dois terços dos “petistas” (67%) pertenciam à elite econômica do país, residindo em domicílios com RFM acima de cinco SM e apenas 10% nos segmentos populares de menor renda (até dois SM); da campanha de 2002 a abril de 2005, pré-crise, quando ainda cresceu nacionalmente de 21% para 27% das preferências, os “petistas” apresentaram distribuições que se aproximavam da estratificação do eleitorado: em torno de 50% com RFM até dois SM e cerca de 20% na outra ponta, com renda familiar acima de cinco SM. Mas no pós-crise a popularização se acentuou, invertendo o desbalanço, agora com 60% dos petistas no segmento de baixíssima renda e apenas 14% com RFM superior a cinco SM. E outra vez como no movimento regional, só recentemente parece ter-se reequilibrado a distribuição de seus simpatizantes por renda, aproximando-se do perfil do eleitorado (48% com a menor renda, 39% com renda entre dois e cinco SM, e 13% com renda superior).

GRÁFICO 5

Participação de cada faixa de renda na composição de 100% da taxa de preferência pelo PT (espontânea e única, em %)



* Segmentação utilizada pelo Ibope em julho de 1989: até 2 SM; mais de 2,5 a 5 SM; mais de 5 a 10 SM; mais de 10 SM.

** Segmentação utilizada pelo Ibope em julho de 1989 a março de 1994: 16 a 25 anos; 26 a 30 anos; 31 a 40 anos; 41 a 50 anos; 51 anos ou mais.

Em suma, entre a eleição presidencial de 1989 e a de 2010, o contingente do eleitorado com preferência partidária pelo PT triplicou e experimentou importantes alterações no seu perfil sociodemográfico: permanece majoritariamente masculino, mas deixou de ser desproporcionalmente jovem; reverteu o desequilíbrio regional que o caracterizava em sua origem e sobretudo inverteu o peso das classes de sua base social, popularizando-se. Qual é o significado dessas mudanças, no curto prazo, para as eleições de 2010? Quanto desse fenômeno se deve à aprovação conquistada pelo governo Lula ou, ainda, à popularidade atingida por sua liderança pessoal?

O lugar do PT hoje e seu peso nas eleições de 2010

Ao analisar o voto em Lula no período 1989-2006, André Singer sustenta que por trás de resultados aparentemente próximos nas eleições de 2002 e 2006, teria havido uma mudança na base social que garantiu a reeleição de Lula: sobretudo por força das realizações do primeiro mandato, em 2006 Lula teria conquistado o voto do “subproletariado” – o numeroso eleitorado de baixíssima renda (até dois SM de RFM) – até então refratário à sua candidatura, compensando até mesmo o afastamento simultâneo das classes médias, acentuado após a crise de 2005⁵. Tal movimento na base eleitoral de Lula parece guardar forte semelhança com as alterações descritas no perfil social do eleitorado com preferência partidária pelo PT – o que não seria surpreendente, dada a esperada superposição entre lulistas e “petistas”, estes sempre um contingente menor, tendencialmente incluído naqueles. Mas a demonstração de uma convergência efetiva entre esses dois fenômenos exigiria um processamento de dados que controle simultaneamente as duas variáveis (preferência pelo PT e voto em Lula) e implicaria em um desdobramento na análise, que excederia o propósito deste artigo.

Por ora, a comparação externa desses movimentos sugere duas diferenças notáveis entre a mudança das bases do lulismo, apontada por Singer e a alteração das bases do petismo aqui exposta – uma temporal, a outra de ordem mais substantiva. Do ponto de vista da composição social da preferência partidária pelo PT, em que pese tratar-se de um movimento de certa forma gradual, a mudança de perfil mais significativa é observável já nas eleições de 2002, quando os eleitores com RFM até dois SM passam a ser responsáveis por cerca de metade dos “petistas” – uma alteração que se acentua em 2006, é verdade, mas que já marcara forte presença, no entanto, quatro anos antes (v. gráfico 5). A outra diferença é que nessa passagem os dados indicam que, em termos de preferência partidária, houve mais um crescimento da adesão popular ao PT do que uma troca de estratos sociais, com a entrada dos segmentos de mais baixa renda e

com a saída das classes médias e alta. Estas perderam representatividade relativa na composição do eleitorado petista, mas antes pelo aumento da penetração do partido nos segmentos de baixíssima renda do que por uma desidratação significativa da sua penetração nos segmentos de renda mais alta.

Vejamos os números. Tomemos 1997 como ano base – um momento em que o PT, disputando a hegemonia da preferência partidária nacional com o PMDB, ainda não tinha predominância de segmentos populares em sua base social. Estimando-se o eleitorado de 1997 em 103,7 milhões – um ponto equidistante entre os números oficiais de eleitores de 1996 (101,3 milhões) e 98 (106,1 milhões) –, os 13% de preferência pelo PT aferidos naquele ano correspondiam a 13,5 milhões de simpatizantes. Dada sua composição na época (24% com RFM até dois SM, 35% entre dois e cinco SM e 41% acima de cinco SM), em 1997 o PT tinha então a preferência de cerca de 3,1 milhões de baixíssima renda, contra 5,5 milhões de simpatizantes no extremo oposto, os estratos com maior renda. Se, por um lado, em 2002, o partido perderia cerca de 700 mil eleitores dessas classes média e alta (queda de 15%), por outro lado já havia agregado à sua base de preferência 11,2 milhões eleitores de menor renda (crescimento de 343%). E, em 2006, passada a crise, a preferência entre os eleitores de renda mais alta tinha diminuído em 2,2 milhões (queda de 40% sobre 1997), mas sua base mais popular tinha aumentado em 14,5 milhões (crescimento de 447%).

Por outro ângulo, mesmo considerando o aumento de 21,4% do eleitorado nesses nove anos, os eleitores de maior renda com preferência pelo PT caem pela metade, o que não é pouco, mas os de menor renda aumentam quase cinco vezes. E se tomarmos o ano de 1989 como referência, até 2006 o PT perdeu 1,1 milhão de eleitores da ponta superior da pirâmide social, mas agregou 17 milhões da base – ou seja, mesmo descontando o crescimento de 53,3% do eleitorado nesses dezessete anos, a queda nos estratos de renda superior a cinco SM mantém-se em torno da metade, enquanto a penetração nos segmentos de renda mais baixa multiplicou-se quase dezoito vezes.

Por fim, um olhar sobre os dados de março de 1994, – um ponto que destoa da curva de crescimento do PT entre os anos 1980 e a primeira década do corrente século – é sugestivo sobre uma nova hipótese. O fato de o PT atingir 21% de preferência naquele momento – pré-URV do Real, quando Lula ainda vencia Fernando Henrique por 34% a 13%, como vimos – parece não ser dissociável de, simultaneamente, ter adquirido um perfil, ainda que precoce e momentâneo, com maioria relativa de simpatizantes de baixa renda: 39% com RFM até dois SM, 35% entre dois e cinco SM, e 26% acima de cinco SM. Esse retrato sugere que, quase uma década antes que se manifestasse de forma mais contundente e contínua, em 2002 (em um movimento até hoje irreversível), já em 1994 teria havido um “ensaio” da adesão dos segmentos

mais populares ao PT (talvez também ao lulismo, hipótese a se verificar). Ou, noutras palavras, é como se o PT não pudesse chegar aos 20% de preferência – e a votação em Lula passar dos 30% – como ocorreria de 2002 em diante, sem agregar as camadas mais pobres da população às suas taxas de preferência e base eleitoral.

Essa leitura combina com a hipótese da força do chamado voto retrospectivo, em que a avaliação do governo em curso tem papel relevante na definição das escolhas dos eleitores: antes que o governo Itamar dissesse a que veio, a eleição de 1994 estaria sendo regida pelo signo da mudança e as camadas populares começavam a pender para Lula, quem melhor a encarnava; com o impacto da implantação do Plano Real, inverte-se a mão e a continuidade passa a determinar a dinâmica da disputa, que seria vencida pelo ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. Essa mesma lógica do voto retrospectivo parece ter operado em todas as eleições presidenciais pós-redemocratização: sempre captáveis com antecedência pelas pesquisas, a continuidade seria o signo regente nas reeleições de Fernando Henrique (1998) e de Lula (2006), e a mudança de signo que deu o tom das disputas na vitória de Collor (1989) e na primeira de Lula, em 2002 – a despeito da genialidade (ou de sua falta) dos marqueteiros envolvidos de parte a parte, e mesmo do grau de partidarização assumido, de modo velado ou aberto, pelos veículos da mídia corporativa⁶.

É evidente que, com a atual aprovação do governo Lula e a consistência de sua popularidade pessoal, a eleição deste ano pende claramente para a continuidade. Não à toa Serra gostaria de se posicionar como pós-Lula, em vez de anti-Lula, como é reconhecido. Voto retrospectivo e preferência partidária, portanto, constituem a combinação de fatores que fazem de Dilma desde logo a favorita para as eleições presidenciais, restando incertezas apenas quanto às variáveis conjunturais e de curto prazo – turbulências externas gravíssimas, a esta altura pouco prováveis, e o desempenho pessoal dos candidatos na campanha, sobretudo nos meios eletrônicos, TV aberta e rádio⁷. Em suma, como variável de longo prazo da decisão de voto – ainda que sozinha não seja decisiva, posto que metade do eleitorado não tem preferência partidária –, a penetração crescente do PT no eleitorado, cuja trajetória procurei reconstituir, tem sido um diferencial nas disputas eleitorais com o qual só o PT e seus candidatos – desta vez Dilma – podem contar como um fator de peso para suas chances de vitória.

RESUMO

O artigo descreve a trajetória da preferência partidária pelo PT de 1987 a 2010, focando as mudanças na composição sociodemográfica da sua base de apoio junto à opinião pública. Observa que mais que triplicar nesse período,

experimentou alterações relevantes no seu perfil sociodemográfico – deixou de ser desproporcionalmente jovem, reverteu o desequilíbrio regional que caracterizou sua origem e se popularizou. Relaciona esse processo a um ganho progressivo de legitimidade, diante do desgaste dos demais partidos, que em 2002 contribuiria para a vitória de Lula – processo que teria se acentuado em 2006, por força da lógica do voto retrospectivo. Conclui que a identificação com a sigla constitui um diferencial positivo importante para as candidaturas petistas nas eleições de 2010, inclusive para Dilma Rousseff, na disputa presidencial.

PALAVRAS-CHAVE

Preferência partidária; Voto retrospectivo; Opinião pública; Lulismo.

ABSTRACT

This paper describes the changes in public preference for the Brazilian Worker's Party (PT) between 1987 and 2010. It is focused on the socio-demographic changes in public opinion felt in this period. It is clear that public preference for the Worker's Party not only tripled, it also changed substantially its social-demographic profile. It no longer is disproportionately young as well as reversed the regional unbalance which marked its beginning and now has a much more wide support. This increase in popularity is seen as related to its growing legitimacy as the other Parties lost support. This process contributed to Lula's victory for Presidency in 2002, and it was stressed in 2006 as observed by retrospective voting. The paper concludes that identification with the Party is an important positive differential for PT's candidacies in 2010 election, including Dilma Rousseff.

KEYWORDS

People's Party preference; Retrospective vote; Public opinion; "Lulism".

NOTAS

¹ Doutor em ciência política, professor do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP e assessor técnico *ad-hoc* do Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo. Contato do autor: gventuri@usp.br.

² KECK, Margaret E. *PT, a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991, p. 28-29.

³ Para mais detalhes sobre a influência das realizações do governo Lula sobre sua reeleição, ver VENTURI, Gustavo, "A construção da autonomia popular". *Teoria e Debate*, n. 68, São Paulo, nov.-dez. 2006, p. 15-20.

⁴ Para um aprofundamento dessa discussão ver "A ética da política. Entrevista com Marilena Chauí", In GUIMARÃES, Juarez (Org.). *Leituras da crise: diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo,

2006, p. 17-55, e VENTURI, Gustavo, “A opinião pública diante da crise”. *Teoria e Debate*, n. 66, São Paulo, abr.-maio 2006, p. 20-26.

⁵ SINGER, André. “Raízes sociais e ideológicas do lulismo”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 85, São Paulo, dez. 2009, p. 83-99.

⁶ VENTURI, Gustavo. “A mídia perde espaço”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 2, n. 15, São Paulo, out. 2008, p. 18-19.

⁷ VENTURI, Gustavo. “Sob o signo da continuidade”. *Teoria e Debate*, n. 84, São Paulo. set.-out. 2009, p. 22.

Nota do autor: Enviado para publicação em 3 de junho de 2010

Nota do editor: artigo integrante da revista PERSEU: História, Memória e Política (revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo), nº 5, jun. 2010, p. 196-214]